

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO BRASIL EM JUNHO DE 2013: DA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PARA O DIREITO À CIDADE

Rafael Correia Neves

Mestrando em Geografia

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

rafa_harvey@yahoo.com.br

"Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diversas maneiras,
quando o que importa é transformá-lo".
Karl Marx¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo principal trazer algumas reflexões sobre os movimentos sociais ocorridos em Grandes Cidades no Brasil em junho do ano de 2013. Para tal intento, foram analisados alguns autores que se debruçaram acerca do espaço e do direito à cidade: Henri Lefebvre, David Harvey e outros que dialogaram direta ou indiretamente, com o propósito de compreender as posições e produções realizadas pelos respectivos autores. Em seguida serão discutidos os conceitos de movimentos sociais e práticas espaciais à luz da proposta de empreendermos à cidade como espaço de apropriação e luta como viés de emancipação. No entanto, não há pretensão de esmiuçar a discussão e a produção acerca da referida problemática.

Palavras-chave: Espaço, Direito à Cidade, Movimentos Sociais, Práticas Espaciais.

Abstract

This article aims to bring some reflections on social movements in Big Cities in Brazil in June 2013. For this purpose it was analyzed some authors who have studied about the space and the right to the city: Henri Lefebvre, David Harvey and others who dialogued directly or indirectly, in order to understand the positions and productions made by their respective authors. Then we will discuss the concepts of social movements and spatial practices in the light of the proposal to undertake the city as appropriation of space and fight as emancipation. However, there is no pretense of scrutinizing the discussion and production on the issue said.

Keywords: Space, Right to the City, Social Movements, Space Practices .

Introdução

¹ Citação extraída da décima primeira tese sobre Feuerbach. Foram escritas por Marx na primavera de 1845 e publicadas pela primeira vez por Engels, em 1888, como apêndice à edição em livro da sua obra Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Alemã Clássica, Estugarda 1888. Publicadas segundo a versão de Engels de 1888, em cotejo com a redação original de Marx. Fonte: http://www.unioeste.br/projetos/histedopr/bibliografia/Teses_Feuerbach.pdf

Em junho de 2013 o país acompanhou uma sucessão de manifestações que adquiriram grande vulto e repercussão. Grandes metrópoles do país e demais cidades vivenciaram a eclosão de movimentos de forte pressão em espaços urbanos. (SILVA, 2015)

Tais movimentos ficaram conhecidos como *As Jornadas de Junho*, abarcaram movimentos de mobilização social iniciadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), com resistência ao aumento de passagem de ônibus em diversas cidades brasileiras. A importância das manifestações vai além do jargão “não é apenas pelos 20 centavos”, que teve grande repercussão midiática. Por certo, não eram apenas os 20 centavos, questões mais densas vieram à tona, motivações podendo emanar de ideologia política para alguns e da qualidade do tecido urbano: como a falta de um espaço público autêntico para os reclames da sociedade.

Recorro às palavras de Maricato (2013) para elucidar a importância da (i) mobilidade em grandes cidades e razão sobre o estopim das Jornadas de Junho 2013:

"Mas é com a condição dos transportes que as cidades acabam cobrando a maior dose de sacrifícios por parte de seus moradores. E embora a piora de mobilidade seja geral - isto é atinge a todos - , é das camadas de rendas mais baixas que ela vai cobrar o maior preço da imobilidade" (p.24)

Inicialmente, a mobilização gravitou em torno de uma organização particular, o Movimento Passe Livre (MPL), com a qual defendia um movimento social específico - iniciado entre jovens estudantes secundaristas e universitários, pelo passe livre nos transportes coletivos, tendo um forte "transbordamento sócio-político", que se expressou em uma enorme energia social represada: indignação e ressentimento acomodaram outras formas de liderança que expressaram seu conteúdo de indignação nas praças públicas e nas ruas dos grandes centros. (SOUZA, 2015, p. 109).

Cabe ressaltar a importância no uso das redes sociais como agente mobilizador inicial da organização dos movimentos sociais, embora sua concretização tenha ocorrido através da ocupação espaço.

Em um país cuja a população predominantemente é urbana não podemos deixar de destacar como fez Souza (*op. cit.*):

"Em 1950 o Brasil apresentava, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE, cerca de 1/3 da população vivendo em espaços urbanos. Trinta anos depois, o recenseamento de 1980 indicava que ocorrera uma inversão: 2/3 viviam em entidades espaciais consideradas urbanas (cidades e vilas), ao passo que apenas 1/3 vivia nas áreas rurais. Dois decênios mais tarde, o país possuía, segundo o Censo Demográfico 2000 do IBGE, cerca de 82% da população vivendo em espaços tidos como urbanos, e em 2010 (...) eram 84%. Mesmo admitindo-se uma certa imprecisão nesses dados, decorrente de problemas metodológicos, é inegável que o Brasil é um país predominantemente urbano e que se urbanizou velozmente na segunda metade do século XX (no sentido convencional de aumento percentual da população que vive em espaços urbanos, visto que, em sentido mais sofisticado, que tem a ver com a difusão de determinados valores, modos de vida e relações de produção, a "urbanização" é algo muito mais abrangente do que muitos costumam supor) (p.112)

Evidencia-se, como exposto no trecho destacado, que o processo de metropolização impactou extremamente sobre a lógica de construção e reconstrução das cidades brasileiras promovendo um legado de constante alteração das suas paisagens.

Recorre-se a Lefebvre (2008 [1972]) para explicitar a generalização da realidade urbana: "A sociedade inteira torna-se urbana. O processo dialético é o seguinte: a cidade - sua negação pela industrialização - sua restituição em uma escala muito mais ampla que outrora, a da sociedade inteira. Esse processo não transcorre sem conflitos, cada vez mais profundos" (p.84)

Atualmente defende-se o processo de metropolização do espaço. Contribuindo para a compreensão deste processo temos a elucidação de Ferreira (2016, p.3) quando expõe:

"Ao se falar em metropolização do espaço devemos, de imediato, remeter-nos a alguns fatos (...). O primeiro é a consideração de que o fenômeno urbano, ligado à industrialização e à aglomeração (complexos urbano-industriais), marca das décadas anteriores à atual, vem dando lugar ao fenômeno metropolitano, ligado à desconcentração e à "explosão" da metrópole, isto é, à difusão dos

códigos metropolitanos, num sentido amplo dessa imagem, num espaço muito além dos limites das regiões metropolitanas delimitadas. O segundo fato refere-se à consideração de que diversos outros processos espaciais estarão afetados por essa transformação de urbano para metropolitano. Essas manifestações podem ser percebidas nas novas formas de gestão em que o lugar e as chamadas intervenções localizadas (e em parceria público-privadas) ganham ênfase, em detrimento de intervenções mais centralizadas, com um papel mais direcionador do poder público".

Vivenciamos uma transformação resultante de uma diferenciação na ocupação do espaço, em que grandes investimentos da esfera pública viabilizam a criação e/ou expansão das áreas centrais, articuladas à reprodução do capital financeiro, que produz segregação e apropriação desigual do espaço urbano. Em face disto, os movimentos sociais urbanos potencializaram sua ação enquanto ao papel que desempenham em busca de uma cidade mais justa socialmente.

Tradicionalmente os movimentos sociais no Brasil concentraram-se nas lutas sociais no campo, principalmente em torno dos MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra). Quando testemunhávamos alguma onda de protestos nas cidades percebia-se como agentes motivadores à criminalidade violenta ordinária, como também reivindicações pontuais (conserto de chafarizes, pavimentação de vias, extensão das redes de energia elétrica, etc.)

No entanto, em 2013 no plano das espacialidades urbanas/metropolitanas rapidamente ruas e praças são ocupadas, os manifestantes se organizam, "(...) chegam munidos com estratégias de resistência, demonstrando amplo conhecimento da geografia da cidade, utilizando becos e vielas, impossível de serem ocupadas por viaturas policiais" (SILVA, op. cit., p.315).

Ficaram evidentes as *práticas espaciais* de retomada do espaço na cidade como aparece no trecho a seguir:

"Se a retomada do espaço urbano aparece como objeto dos protestos contra tarifa, também se realiza como método, na prática dos manifestantes, que ocupam as ruas determinando diretamente seus fluxos e usos. A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte

caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso". (MPL, 2013, p.16)

No caso específico da cidade do Rio de Janeiro, como bem nos alertou Ferreira (2013), sobre o processo de expansão da cidade nas três primeiras décadas do século XX e que representou um forte legado para as décadas seguintes:

"Nesse período, caracterizou-se o crescimento da cidade sobre dois vieses: as classes alta e média ocuparam as zonas sul e norte, tendo no Estado e nas companhias concessionárias de serviços públicos seus maiores aliados; por outro lado, os subúrbios cariocas caracterizaram-se como locais de residência do proletariado, que, a partir do deslocamento das indústrias, se dirigiu, também, para lá. Se as zonas sul e norte tiveram apoio do Estado, em se tratando dos bairros suburbanos, como era de se imaginar, a ocupação se deu sem qualquer apoio estatal ou das concessionárias. Dessa maneira, logo se percebia a desigualdade sócioeconômica que se refletia na espacialidade da cidade".

Harvey (2014) remete-nos à Henri Lefebvre (1991) chamando atenção para que os movimento revolucionários frequentemente, se não sempre, assumem uma dimensão urbana. Invoca a "classe trabalhadora" como agente transformador revolucionário, formada por trabalhadores urbanos, e não exclusivamente por operários fabris.

Outro legado de Lefebvre foi sua percepção na relação urbano e rural - a medida que a cidade vinha passando por transformações radicais paulatinamente a classe camponesa tradicional diminuía ao mesmo tempo o espaço rural estava sendo urbanizado, ora como o processo gerado por uma nova abordagem consumista na relação com a natureza (substituindo os fins de semana e os períodos de lazer pelos subúrbios arborizados, em vertiginosa proliferação), ora em uma abordagem capitalista produtivista, em que há o suprimento de mercadorias ao mercado urbano, ao contrário do que ocorria com a agricultura camponesa auto-sustentável.

No que diz respeito à noção de espaços públicos temos a colocação de Gomes (2012):

"Os espaços públicos são (...) lugares onde os problemas são assinalados e significados, um terreno onde se exprimem tensões, o

conflito se transforma em debate, e a problematização é posta em cena. Ele constitui, por isso, uma arena de debates, mas também um terreno de reconhecimento e de inscrição dos conflitos sociais. Por essa razão, estes espaços são marcadores fundamentais da transformação social". (p.24)

No mesmo texto, mais a frente, o autor chama à atenção da rua como unidade fundamental e mínima do homem público. Ao mesmo tempo que apresenta uma infinidade de usos - passagem, a simples observação, lugar de moradia ("íntimo") para populações que moram nas ruas - permite, também, maior reconhecimento e visibilidade.

No livro *A revolução Urbana*², Henri Lefebvre advoga o espaço da rua enquanto algumas potencialidades: "É o lugar (*topia*) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). Esses lugares privilegiados animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem. (...) Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas segregação estipulada e imobilizada." (2004, p.29)

Acredita-se que na cidade, espaços públicos adquirem um significado primordial, uma vez que é o lugar de todos, espaço de manifestações de toda ordem, das reivindicações mais simples às mais complexas, do encontro e da festa, da ordem e da desordem. Ruas e praças são os espaços preferenciais para o exercício diário das necessidades sociais. (Silva, 2015, p.304).

Lefebvre acrescenta: "Na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, *apropria-se* dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado. Uma tal apropriação mostram que o uso e o valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca. Quanto ao acontecimento revolucionário, ele geralmente ocorre na rua" (*op. cit.*, p.30)

Desse modo, o presente artigo objetiva discutir os movimentos sociais à luz das potencialidades espaciais oferecidas pelo tecido urbano. Parte-se empiricamente da cidade do Rio de Janeiro onde em 2013 tivemos a explosão de tais movimentos. Com isso postula-se o (s) seguinte (s) propósito (s): a luta

² Primeira edição francesa publicada em 1970: "La revolution Urbaine"

dos direitos sociais perpassa pela intervenção espacial na produção da cidade; como também a luta por tais direitos é um direito à cidade, em outras palavras, "muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reivindicar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos". (Harvey, 2014, p.28)

Na perspectiva do exposto acima, o referido trabalho, discursará como o espaço nas diferentes concepções marxistas pode ser apropriado e utilizado como alternativa de emancipação. Em seguida será discutido os conceitos de movimentos sociais e práticas espaciais como formas de luta.

Desenvolvimento teórico: o conceito de espaço, movimentos sociais e práticas espaciais

Na década de 1970 constroem-se concepções de geografia denominadas radical, anarquista, democrática, crítica etc. São variações assumidas no bojo de um movimento maior e mais amplo de revisão das bases epistemológicas da ciência geográfica: de conceitos, temas e de posições políticas, caracterizando um período importante de pesquisas, reflexões, debates e denúncias. No trabalho em tela será adotado a concepção marxista como viés de leitura da produção espacial.

Neste sentido, a teoria marxista é enfatizada a fim de renovar o papel do espaço e da espacialidade como fundamentais para a constituição e o devir da sociedade. Autores como: Henri Lefebvre (2000), Milton Santos (2014 [1988]; 2008 [1996]), Soja (1993), como também David Harvey (1980; 2012) possuem vasta obra dedicada a geografia sustentada pelo método de interpretação *materialista histórico dialético*, permitindo a produção de um pensamento crítico e engajado na transformação. Ao proporem uma visão não ortodoxa do marxismo, os autores procuram preencher as lacunas deixadas por Karl Marx, avançando teoricamente.

O espaço aparece efetivamente na análise marxista a partir da obra de Henri Lefebvre (2008 [1972]). Segundo Lefebvre o espaço não deve ser visto como absoluto, "(...) vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções (...)" (*op cit*, p.43), nem tampouco como produto da sociedade, "(...)

ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto *funcional (...)*" (*op cit*, p.44). (CORREA, 1995).

Em Lefebvre (2000)³ o espaço (social) é um produto (social). Para entender esta tese fundamental, é necessário, antes de tudo, romper com a concepção generalizada de espaço, imaginado como uma realidade material independente, que existe em "si mesma" (ligado as concepções de Platão, Kant, Aristóteles e aos matemáticos euclidianos). Contra tal visão, Lefebvre, utilizando-se do conceito de *produção do espaço*, propõe uma teoria que entende o espaço como fundamentalmente vinculado à realidade social - do que se conclui que o espaço "em si mesmo" jamais pode servir como um ponto de partida epistemológico. O espaço não existe em "si mesmo". Ele é *produzido, apropriado e transformado* pela sociedade.

Em torno da análise do espaço social, Lefebvre (2000) destaca *tríades* analíticas do espaço: *práticas espaciais - representações do espaço - espaços de representação; espaço percebido - espaço concebido - espaço vivido; fragmentação - homogeneização - hierarquização; espaço absoluto - espaço abstrato - espaço diferencial*.

Para o filósofo francês há uma nova proposta da versão de dialética, "triádica" ou "ternária", que é uma análise triplamente avaliada. Esta proposta pleiteia três momentos de igual valor que se relacionam entre si por meio de relações variadas e movimentos complexos em que ora um, ora outro, triunfa sobre a negação de um ou de outro. "Triplicidade: três termos e não dois. Uma relação a dois termos reduz-se a uma oposição, a um contraste, a uma contrariedade; ela se define por um efeito significativo: efeito de eco, de repercussão, de espelho". (Lefebvre, *op. cit.*, p.40)

As tríades são construídas com o objetivo de analisar as diferentes dimensões do espaço. A tríade *espaço percebido - espaço concebido - espaço*

³ A referência que será utilizada é uma tradução feita por Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4^ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Versão não editada em livro.

vivido focaria a dimensão da percepção através do corpo; da corporeidade.⁴ "Para compreender o espaço social em três momentos, que se reporta ao *corpo*. Uma vez que a relação com o espaço de um "sujeito", membro de um grupo ou de uma sociedade, implica sua relação com seu próprio corpo, e reciprocamente". (*op cit*, p.41)

Já na tríade *práticas espaciais - representações do espaço - espaços de representação* tem como foco o espaço, a espacialidade. Por fim, a tríade *espaço absoluto - espaço abstrato - espaço diferencial* focaria o tempo, a temporalidade em todas as suas contradições.⁵

Segundo SOUZA (2013), Lefebvre construiu o conceito de *espaço social* de maneira fascinante e inspiradoramente ampla e complexa, o que não deixa de trazer, por se tratar de um discurso mais filosófico-especulativo que propriamente analítico-sistemático (*op cit*, p.236), um problema e uma certa ambigüidade. Para um pesquisador preocupado com investigações de cunho notadamente empíricas, os conceitos necessitam ser contextualizados, adaptados no contato com e sob a influência de outras referências filosóficas e científicas, a saber, a própria geografia. (*op cit*, 239)

Já em Harvey (2004) coloca que Lefebvre (2000) formula sua concepção da produção do espaço "(...) como um meio privilegiado de exploração de estratégias alternativas e emancipatórias." (p.240)

Em SANTOS (2008 [1996]) o espaço aparece como sua categoria analítica principal e mais ampla, formada por categorias internas: paisagem e configuração territorial: "(...) as categorias de análise, formando sistema, devem esposar o conteúdo existencial, isto é, devem refletir a própria ontologia do espaço, a partir de estruturas internas a ele" (Santos, *op cit*, p.19), ou seja, sistema de categorias que deve corresponder ao espaço ou ao conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações.

⁴ Notas de aula extraídas da disciplina de Mestrado Representações do Espaço Urbano ministrada pelo Professor Álvaro Ferreira, PUC-RJ, 2016.1

⁵ Idem ao exposto na nota de rodapé 4.

Em um esforço de definição, Milton Santos conceitua o espaço de três formas: “fixos e fluxos” (2014 [1988]), “configuração territorial mais relações sociais” (2014 [1988]) e “sistemas de objetos e sistema de ações” (2008 [1996]).

Enquanto fixos e fluxos o autor elucida:

"Os fixos nos dão o processo imediato do trabalho. Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, (...) Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão também a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo. Desse modo, as categorias clássicas - isto é, a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo - podem ser estudadas por meio destes dois elementos: fixos e fluxos". (2014 [1988], p.86)

No que tange à configuração territorial, SANTOS (2008 [1996]) estabelece uma distinção com o espaço atribuindo à primeira uma realidade oriunda da materialidade, enquanto o espaço reuniria a materialidade e a vida que a anima. Neste sentido, "(...) a configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais" (p. 62).

Em a *Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* (2008 [1996]) o ponto de partida da análise de Milton Santos é a noção de espaço como "(...) um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá" (p.63). Nesta concepção o espaço é, portanto, o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos.

As ações correspondem ao processo social que gera produtos, isto é, os objetos e ações estão em constante transformação. Isso substantiva uma importante contribuição à teoria social crítica, um dos seus principais anseios ao longo de sua carreira. Milton Santos sempre teve compromisso com a renovação da geografia, com a revisão dos conceitos e noções, com a explicação da realidade e sua transformação.

Na esteira da leitura de espaço a dimensão técnica assume importância: "As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e ao mesmo tempo, cria espaço" (2008 [1996], p.29). Concebe as técnicas como sistemas demarcadores de diversas épocas e como meio inseparável da relação homem-natureza, intermediados pelo trabalho, unem espaço e tempo. "As técnicas de um lado, dão-nos a

possibilidade de empirização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham" (SANTOS, *op. cit.*, p.54).

Sem embargo, a consideração das técnicas de produção de modo isolado leva a uma maior compartimentação da realidade e, por isso, a noção de espaço geográfico só pode ser alcançada se o fenômeno técnico for visto em sua total abrangência.

Cabe ressaltar o uso das categorias forma, função, estrutura e processo como proposta para analisar objetivamente o espaço. Segundo Santos (2008 [1985]): "(...) para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço" (p.67). Tais categorias devem ser consideradas em suas relações dialéticas.

De acordo com Santos (*op cit*), *forma* é o aspecto visível, exterior de um objeto, uma estrutura técnica ou objeto responsável pela execução de uma determinada função. "Uma casa, um bairro, uma cidade e uma rede urbana são formas espaciais em diferentes escalas". (CORREA, 1995, p.28)

A noção de *função* corresponde a uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Na relação dialética *forma* e *função* temos a *estrutura* compreendida pela inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Por fim, *processo* é definido como uma ação que se realiza, de modo contínuo, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando tempo e mudança.

Para Ferreira (2013), as categorias forma, função e estrutura foram apropriadas do marxismo por Lefebvre (1971) e por meio do qual Santos (2008) teria introduzido uma quarta: o processo. Na inter-relação destas categorias se encontra uma metodologia capaz de auxiliar na interpretação do espaço em sua totalidade. No entanto o autor faz algumas ressalvas:

"Ao contrário do que possa parecer, Lefebvre não teria desconsiderado aquilo que Santos denominara processo. Na verdade - a noção de processo - como ação contínua, como movimento do passado ao presente e deste ao futuro - já estava presente na obra de Lefebvre como que atravessando as demais categorias. Assim, aquilo que Santos identificou como uma quarta categoria seria, de fato, uma

propriedade das outras três; algo como nexos aglutinador" (Ferreira, *op. cit.*, p.102)

Outro autor de cunho marxista, David Harvey, apresentou uma divisão tripartite no modo como o espaço poderia ser entendido: absoluto, relativo e relacional. Tal abordagem foi discutida em Harvey (1980 [1973]; atualizada em Harvey (2012 [2006])

O *espaço absoluto* tem sua base filosófica em Isaac Newton e Immanuel Kant. Este espaço é fixo e registra-se eventos dentro da moldura que o constitui funcionando como um receptáculo, imóvel. Representado usualmente como espaço e tempo absolutos, sendo geometricamente o espaço euclidiano, e portanto, o espaço de todas as formas de mapeamento cadastral e práticas de engenharia.

No que diz respeito ao *espaço relativo* temos a base filosófica ancorada em Albert Einstein e às geometrias não euclidianas constituídas no século XX, com forte contribuição de Carl Friedrich Gauss. Segundo HARVEY (2012): "O espaço é relativo em dois sentidos: de que há múltiplas geometrias que podemos escolher e de que o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem". (p.11)

Neste sentido, as categorias tempo e espaço tornam-se interdependentes implicando uma modificação importante na linguagem, com uma passagem do espaço e do tempo ao espaço-tempo ou espaço-temporalidade. Segundo HARVEY (*op cit*) do ponto de vista geográfico temos:

"Podemos criar mapas completamente diferentes de localizações relativas diferenciando-as entre distâncias medidas em termos de custo, tempo, modo de transporte (carro, bicicleta ou skate) e mesmo interromper continuidades espaciais ao olhar para redes, relações topológicas (a rota ótima para o carteiro), e assim por diante. Sabemos, dadas as fricções diferenciais da distância encontradas na superfície terrestre, que a distância mais curta (medida em termos de tempo, custo, energia gastos) entre dois pontos não é necessariamente dada pela linha reta frequentemente imaginada. (...) Toda esta relativização, é importante notar, não necessariamente reduz ou elimina a capacidade de cálculo ou controle, mas ela indica que regras e leis especiais são necessárias para fenômenos particulares e processos em consideração". (p.11)

Em relação ao *espaço relacional* a matriz filosófica é encontrada em Leibniz. Nesta abordagem o conceito de espaço está embutido ou é interno ao processo, bem como a noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de

relações internas interagindo com influências externas. Em outras palavras, a compreensão de um evento ou coisa situada em ponto no espaço é resultado do que acontece naquele ponto e de tudo que acontece ao redor deste ponto. Nesta formulação, assim como no caso do espaço relativo, é impossível separar espaço e tempo. É o espaço das sensações, desejos, frustrações, sonhos e vertigem. Também se refere ao ciberespaço, que está sendo cada vez mais objeto de estudo por parte dos geógrafos.

No decorrer do texto, Harvey (2012) ressaltará que a contribuição de Lefebvre é importante ao também definir o espaço de maneira tripartite: espaço material (o espaço da experiência e da percepção), a representação do espaço (o espaço como concebido e representado) e o espaço de representação (o espaço vivido, das sensações, das emoções e significados). A esta contribuição adicionará três conceitos chaves na tradição marxista: valor de *uso*, *valor de troca* e *valor*.^{6,7}

Defende-se no presente trabalho que o espaço é um produto social, mas também é "produtor", uma vez que a disposição dos objetos interferem no cotidiano da sociedade. Compartilhamos com a citação de Ferreira (2016):

"É preciso questionar a forma como ele é produzido e buscar fazê-lo de outra maneira, com outros objetivos que não priorizem a dominação do espaço. (...) para mudar a vida é preciso mudar o espaço público e lutar por ele contra o movimento dos condomínios fechados, das ruas fechadas." (p.13)

No tocante aos movimentos sociais, Souza (2015) esclarece a distinção deste em relação aos ativismos sociais. Enquanto os ativismos sociais em geral seriam tipo de ação coletiva caracterizado, por uma duração efêmera, podendo chegar à décadas, não se restringindo a quebras-quebras e saques; de outro lado, os movimentos sociais seriam uma modalidade particularmente crítica e ambiciosa de ativismo social.

⁶ HAESBAERT (2010) coloca: "Mais importante que a distinção, contudo, é perceber que 'o espaço não é absoluto, relativo ou relacional em si mesmo, mas pode transformar-se em um ou [e/ou, poderíamos acrescentar] outro, dependendo das circunstâncias" (HARVEY, 1980:5)

⁷ HARVEY (2012) propõe uma tabela conjugando as tríades de Henri Lefebvre com as ideias de valor de uso, valor de troca e valor discutidas em Karl Marx.

Em Silva (*op. cit.*) observamos a noção de movimentos sociais de forma mais ampliada quando aclara: "um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere" (p.289)

Defende-se que os movimentos sociais são importantes agentes modeladores do espaço urbano na medida que suas práticas espaciais ocupam ruas, acampam em praças, forçam a interlocução com gestores, atraem a atenção da mídia e entendendo a espacialidade do urbano como nos alertou Harvey (2014):

"o urbano funciona como um espaço de ação e revolta política. As características atuais de cada lugar são importantes, e a reengenharia física e social e organização territorial desses lugares são armas nas lutas políticas. Da mesma maneira que, nas operações militares, a escolha e a configuração do campo de batalha desempenham um papel importante para determinar que será o vencedor, é com protestos populares e movimentos políticos nos contextos urbanos" (p.213)

Sendo o espaço um ingrediente essencial e pleno de implicações da sociedade concreta, estabelece-se o entendimento de que se pretender mudar as relações sociais sem mudar organização espacial seria, mais que inútil, um verdadeiro contrassenso.

O filósofo Henri Lefebvre (2000) nos iluminou com o conceito de prática espacial tornando, por excelência, tal conceito em uma ponte conceitual entre as relações sociais e o espaço. Para Lefebvre (*op. cit.*) "*a prática espacial* consiste numa projeção "no terreno" de todos os aspectos, elementos e momentos da *prática social*" (p.18; grifos no original). Nas páginas adiante, o referido autor complementa:

"*A prática espacial* de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. Para a análise, a prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço. O que é a prática espacial no neo-capitalismo? Ela associa estreitamente, no espaço percebido, a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares de trabalho, da vida "privada", dos lazeres)." (p.39; grifos no original)

Segundo Souza (2013) as práticas espaciais, ao longo da história da humanidade, têm servido à dominação, à introdução e manutenção de hierarquias, à coerção e à imposição de cima para baixo ou de fora para dentro; em outras palavras, ao *poder heterônimo*⁸ expressão cunhada pelo filósofo Cornelius Castoriadis.

Por outro lado, tais práticas espaciais têm servido também à emancipação⁹, à autodeterminação e ao autogoverno, à autodefesa legítima, à instituição livre e lúcida das leis e normas pelo próprio corpo de cidadãos.

Em outras palavras e de forma mais densa coloca Souza (2015, p.207):

"Práticas espaciais nada mais são que práticas sociais (ações sociais, (...) protagonizadas por sujeitos coletivos e inscritas em uma teia de significados e valores, sejam ações premeditadas ou não) cuja dimensão espacial é particularmente forte ou evidente. O espaço, longe de ser um mero palco ou receptáculo (espaço absoluto) ou um simples quadro de referência onde localizamos os eventos (espaço relativo), é uma realidade que condiciona os agentes; condiciona materialmente, por meio do substrato material (materialidade da superfície terrestre, seja enquanto "primeira natureza", seja enquanto "segunda natureza"); mas condiciona, também, por meio de fronteiras, limites, áreas de influência e territórios (projeção espacial das relações de poder) e através de efeitos exercidos pelos símbolos inscritos no espaço, ou por aquilo que a paisagem sugere, sobre os processos de socialização e criação e reprodução das significações presentes no imaginário. Práticas espaciais que expressem e viabilizem descontentamento, resistência, protesto e desejos de emancipação em face de algum tipo de opressão têm existido sempre: espaços são territorializados (conquistados, apropriados, postos sob controle de um grupo específico), materialmente refuncionalizados ou reestruturados, dotados de novos significados para se ajustarem a novas identidades e novos propósitos e projetos; paisagens e suas representações são manipuladas; interações espaciais são desfeitas e refeitas; (...)"

⁸ Em Souza (2013, p.247) o autor apresenta os conceitos característicos do poder heterônimo: "*poder explícito*", "*infrapoder implícito*".

⁹ "Em Marx, a questão da emancipação é abordada sucessivamente no âmbito das problemáticas da alienação e da dominação de classe. A emancipação é concebida como superação da estrutura de classes da sociedade" (LOWY, M. *et. all*, p.57-58, 2015)

Ao tomarmos como pano de fundo os movimentos sociais percebe-se que são muitas as práticas espaciais urbanas associadas a essas formas de resistência. Compreende, por exemplo, afrontas à propriedade privada dos solos e dos bens imóveis (atuação do MTST - Movimento dos Trabalhadores sem Teto), por meio da ocupação de terrenos e prédios ociosos; a constituição de circuitos alternativos ao mercado capitalista (cooperativas e gestão de fábricas falidas pelos próprios trabalhadores); enfim, investimentos e avanços simbólico-culturais em torno de processos de conscientização e formação política e estímulo ao desenvolvimento de práticas culturais críticas e emancipatórias. (Souza, 2015, p.120)

Em face do exposto, discutir os movimentos sociais sob a perspectiva geográfica pressupõe reconhecer a capacidade dos diferentes sujeitos em se organizar, a forma como propõe sua(s) prática(s) espacial(is), como também "entender" suas ações rumo a uma outra forma de conceber este espaço.

Vale destacar outras propostas discutidas em trabalhos recentes: Ferreira (2016, p.2) propõe a produção de uma cidade mais justa a partir de uma perspectiva utópica, sendo o sentido utópico explorado ao "(...) discorrer sobre ferramentas políticas e de gestão existentes, mas também e principalmente de outras possibilidades, que remetem, talvez, a um impossível possível."

Em Souza (2015, p.199) advoga-se transcender o "direito à cidade" para o direito ao planeta. Como o próprio autor coloca: "O que está em jogo é a necessidade de um questionamento e de um enfrentamento prático, (...) do "modelo (anti)civilizatório" capitalista em escala planetária (...)"

Por fim, Harvey (2012), apoiando-se no termo heterotopia cunhado por Foucault, esclarece:

"Esta formulação é atrativa (...), permitindo-nos pensar os múltiplos esquemas utópicos (livres organizações espaciais) que chegam até nós em forma materializadas não mutuamente exclusivas. (...) Permite-nos lançar um olhar sobre as múltiplas formas de comportamento e de política desviantes e transgressoras que ocorrem nos espaços urbanos (é interessante que Foucault incluía em sua relação de espaços heterotópicos lugares como cemitérios, colônias, bordéis e presídios), que ele vê como reafirmações válidas e potencialmente significantes de algum tipo de direito a moldar parcelas da cidade segundo outra

imagem. A formulação nos obriga a reconhecer a importância de espaços (o clube de jazz, o salão de dança, o jardim comunitário) nos quais a vida é vivenciada de modo distinto." (p.242)

Considerações Finais

A epígrafe colocada no início do presente trabalho nos remete a dedicarmos esforços para interpretar e elucidar a realidade, com objetivo ou proposta de contribuir para modificá-la. "Podemos nos transformar apenas pela transformação do mundo e vice-versa, afirma Marx". (Harvey, 2013, p.31)

Vivemos numa sociedade urbana em mudança marcada pela "explosão" do processo urbano defendida por muito autores como o processo de metropolização do espaço. A incorporação de áreas cada vez mais distantes da metrópole, segundo à égide de mercado e da propriedade privada solo, acarreta transformações na tessitura espacial (maior periferação da classe trabalhadora, incorporação de urbanidades ao "mundo" rural, gentrificação de áreas degradadas, etc); e como consequência, temos uma apropriação do espaço profundamente desigual, marcada pela segregação. (Ferreira, 2016)

Esta triste constatação levou diferentes grupos a perceber que a vida nas cidades piorou muito nos últimos anos. Como espaço produzido histórica e socialmente, a cidade, traz um legado de apropriação desigual, segregação, exclusão, marginalidade, e por muitas vezes, fervorosos confrontos. Concomitantemente a cidade sempre foi lugar de encontro, de diferença, onde os interesses se chocam.

Lefebvre (2004) nos alertou sobre a possibilidade de mudança da vida urbana por meio do exercício do direito à cidade: através da mobilização social e da luta política e social no espaço.

Os movimentos sociais, por meio das práticas espaciais, sinalizaram para outra perspectiva de cidade. A cidade pensada sob uma perspectiva qualitativamente diferente, não como condição de consumidor de bens e serviços, mas apropriar-se do espaço transformando-o para fazer da cidade um direito à vida urbana.

Referências Bibliográficas

FERREIRA, A. **A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço**. RJ: Editora Consequência, 2011.

_____. **A produção da cidade com justiça social: por uma perspectiva utópica**. XIV Coloquio Internacional de Geocritica - Las utopias e la construcción de la sociedad del futuro, Barcelona, 2-7 de mayo, 2016.

CORREA, R. L. **Espaço: um conceito chave na Geografia**. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORREA, R.L. Conceitos e Temas. RJ: Betrand Brasil, 2008 [1995]

GOMES, P.C.C. **Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço**. In: CASTRO, I.E., GOMES, P.C.C., CORRÊA, R.L. Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço. RJ, Ed. Betrand Brasil, 2012

HARVEY, D. **Justiça Social e a cidade**. SP: Hucitec, 1980 [1973].

_____. **Espaços de Esperança**. SP, Ed. Loyola, 2004 [2000].

_____. **O espaço como palavra-chave**. Revista GEOgraphia. Rio de Janeiro: UFF, v. 14, n. 28, p. 8 - 39, 2012 [2006].

_____. **A liberdade da cidade**. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. SP: Boitempo, Carta Maior, 2013, p.27-34

_____. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. SP: Martins Fontes, 2014 [2012]

LEFEBVRE, H. **L' idéologie structuraliste**. Paris: Anthropos, 1971.

_____. **O direito à Cidade**. SP: Moraes. 1991 [1968].

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006.

_____. **Espaço e Política**, BH, Editora UFMG, 2008 [1972]

_____. **A revolução Urbana**. BH, Editora UFMG, 2004 [1970]

LOWY, M.; DUMÉNIL, G.; RENAULT, E. **100 palavras do Marxismo**. SP: Ed. Cortez, 2015.

MARICATO, E. **É a questão Urbana, estúpido!** In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. SP: Boitempo, Carta Maior, 2013, p.19-26.

Movimento Passe Livre - SP. **Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo.** In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. SP: Boitempo, Carta Maior, 2013, p.13-18.¹⁰

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**, SP: EDUSP, 2008 [1978]

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**, SP, Edusp, 2014 [1988].

_____. **Espaço e Método**, SP, Edusp, 2008 [1985].

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**, SP, Edusp, 2008 [1996].

SILVA, J.B. **Movimentos sociais urbanos: a cidade em disputa.** In: Desafios da Metropolização. FERREIRA, A., RUA, J., MATTOS, R.C. RJ, Ed. Consequencia, 2015.

SOJA, E. **Geografia pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social.** RJ: Jorge Zahar Editora, 1993 [1989]

SOUZA, M.L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**, RJ: Bertrand, 2013.

_____. **Dos Espaços de Controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política.** RJ: Ed. Consequência, 2015.

¹⁰ Este texto foi redigido por uma comissão, estabelecida em reunião do Movimento Passe Livre - São Paulo. A comissão discutiu coletivamente as ideias que deviam estar presentes em cada parágrafo. Foi um processo intenso, no qual a comissão revezou por vezes em duplas, trios e quartetos. No fim, o texto foi lido em reunião, em que foram feitas alterações definitivas.